

FMI PREOCUPADO

O FMI está preocupado com a graduação de Cabo Verde a PDM. O país, alerta o Fundo, pode vir a conhecer dificuldades na obtenção de recursos para financiar o seu desenvolvimento.

CONFIANÇA EM ALTA

O clima de confiança entre operadores fechou o ano em alta. De acordo com o INE, esse indicador atingiu o ponto 15, o mais alto de sempre em Cabo Verde.

Parte Integrante do Jornal A Semana 790 • Sexta-feira, 9 de Fevereiro de 2007



CIFRÃO

JORNAL DE ECONOMIA

COTAÇÃO NA BOLSA DE VALORES

SCT (0,0%) ↔

6.500\$00

BCA (3,1%) ↑

2.990\$00

CECV (0,0%) ↔

6.100\$00

↔ Estacionária ↑ Em alta ↓ Em baixa

640

mil contos

Estado paga indemnizações

O Tesouro vai desembolsar este ano cerca de 640 mil contos para pagar indemnizações a funcionários despedidos ou em letígio com o Estado, especialmente processos de compra e expropriação de terrenos. O referido montante, um autêntico recorde em termos de despesas do género, representa 0,16% do total das verbas previstas pelo Orçamento do Estado para 2007.

Pág. 6

CECV cresce 25%

As contas da Caixa Económica referentes a 2006 apontam para um crescimento global de 25%. Entusiasmados com tal desempenho, os responsáveis daquele que é o segundo maior banco comercial cabo-verdiano pretendem, neste 2007, prosseguir a sua política de expansão.

Pág. 9



Pág. 2 a 4

“Queremos fazer da Tecnicil a maior e melhor empresa privada cabo-verdiana”

Alfredo Carvalho, o “boss” da Tecnicil, não está para meias palavras quando, em entrevista ao CIFRÃO, afirma que a sua ambição é fazer da Tecnicil a mais importante e melhor empresa privada cabo-verdiana. Uma entrevista em que Carvalho abre o jogo sobre o futuro, advogando que Cabo Verde está na moda e que isso só deixará de estar, se o Estado, os operadores privados, em suma, os cabo-verdianos cometerem “erros fatais”.

600 mil contos é quanto a ASA procura na Bolsa

Num autêntico sinal dos tempos, a ASA, empresa de segurança aérea de Cabo Verde, vai recorrer à Bolsa de Valores para obter um empréstimo obrigacionista no valor de 600 mil contos. Este montante destina-se a financiar projectos referentes à modernização dos aeroportos da Praia, S. Vicente, Boa Vista e Sal.

Pág. 9

Importações 44,5 milhões de contos

Ferro, gásóleo e cimento são os principais produtos importados por Cabo Verde em 2006. As importações, que denotam o dinamismo por que passa actualmente a economia cabo-verdiana, totalizaram 44,5 milhões de contos.

Pág. 8



“Queremos fazer da Technicil a maior e melhor empresa privada cabo-verdiana”

A Tecnicil nasceu em 1996 e, desde então, tem sido um caso de sucesso no panorama empresarial de Cabo Verde. Pela voz do seu presidente do conselho de administração, Alfredo Carvalho, subemos quais são os projectos para o futuro e a perspectiva optimista que têm do mercado. A batalhar em várias frentes, a Tecnicil quer definir-se como um promotor turístico a nível mundial.

Quantos funcionários tem a Tecnicil? São, na sua maioria, cabo-verdianos ou têm que importar mão-de-obra estrangeira?

Temos 30 colaboradores directos. Trabalhamos essencialmente em sistema de prestação de serviços e empregamos centenas de cabo-verdianos. No Sal, só o nosso empreendimento "Vila Verde Santa Maria" já criou mais de 200 postos de trabalho e vai criar, seguramente, mais de 2000 empregos directos. Em relação a essa matéria, agimos como se não houvesse fronteiras. Recrutamos as capacidades onde elas existirem. Temos colaboradores cabo-verdianos, indianos, ingleses, norte-americanos, portugueses, brasileiros e espanhóis. Daremos sempre oportunidades aos cabo-verdianos, mas eles devem ser capazes de competir com os outros, porque é o que o grupo Tecnicil faz todos os dias. Ou procuramos ser cada vez melhores ou desaparecemos.

Cabo Verde vai então deixar de ser um país de emigrantes para ser um país de imigrantes?

Eu gostaria imenso que fosse assim, porque era uma certeza que todos os cabo-verdianos tinham uma oportunidade de emprego. Mas acho que se as coisas continuarem a este ritmo, isso vai acontecer. Aliás, já está a acontecer, no sector da construção civil boa parte da mão-de-obra não é cabo-verdiana mas estrangeira.

Fala-se da criação de emprego, mas quando é que o investimento terá reflexo prático na vida dos cabo-verdianos?

Ainda não se notou os efeitos do investimento porque eles ainda não começaram a ser feitos. A Tecnicil só arrancou com o investimento de 150 milhões de euros em Setembro e ainda só estamos na fase da infra-estruturação. Só dentro de meses é que se nota os efeitos. Vamos precisar de mais de 2000 pessoas para trabalhar nesse empreendimento. Vamos atrair as pessoas que estão à procura de emprego para o Sal. Quando os outros investimentos passarem da conversa para o facto, o investimento vai ter o efeito esperado na mão-de-obra.

O Governo diz que o investimento que está a ser feito tem o objectivo de "puxar" a classe média cabo-verdiana, de forma a surgirem pequenas empresas ligadas aos grandes investimentos.

Mas isso vai acontecer, vai aumentar o fluxo de turistas e vai obrigar a criar outras oportunidade de negócios ao nível da restauração, na agricultura e nos serviços. Se não forem os cabo-verdianos, serão os estrangeiros porque a oportunidade de negocio vai surgir. E essa oportunidade se não for aproveitada pelos cabo-verdianos será aproveitada por outros.

Quais são os mercados-alvo que têm e quais querem conquistar?

O volume de vendas, realizadas em menos de um ano, da ordem dos 11 milhões de contos demonstra que já conseguimos uma penetração satisfatória nos mercados inglês e irlandês. Pretendemos conquistar os mercados nórdico, americano e asiático.

Quais são os principais projectos da Tecnicil para 2007?

Temos o projecto Vila Verde Santa Maria em processo de construção, avaliado em cerca de 200 milhões de euros. Ainda no primeiro semestre, lançaremos o nosso segundo projecto no Sal, o Vila Verde Porto Sal, avaliado em cerca de 600 milhões de euros. Muito gostaríamos de iniciar, ainda em 2007, um projecto de grande qualidade no sector imobiliário turístico nas Ilha da Boavista e de Santiago.

O projecto da Praia Negra é muito acarinhado pela Tecnicil e pela edilidade da capital, que o aprovou em finais de 2006. Queremos avançar ainda este ano com as obras que vão transformar a zona degradada da antiga sentina municipal numa nova centralidade. Vai incluir uma praça cívica, uma torre de escritórios, estacionamento de apoio ao Plateau, um centro comercial e um supermercado.

Os projectos império II, na Praia, e Copacabana, em São Vicente, são os nossos produtos para o segmento residencial. Conhecemos um atraso resultante da instalação de uma empresa chinesa que não conseguiu obter o alvará, por razões que nos ultrapassam. Neste momento, as obras estão a decorrer dentro do novo cronograma. São empreendimentos de qualidade, como tem sido timbre da Tecnicil. Este segmento tem conhecido dificuldades crescentes, nomeadamente, o elevado custo de financiamento para

as imobiliárias e os clientes, o elevado custo de construção, derivado sobretudo da fiscalidade excessiva e elevado custo de contexto.

Veja que a introdução do IVA veio reduzir consideravelmente as margens das imobiliárias, tornando o sector pouco atractivo. Uma questão, esta, que se coloca de igual forma para o sector imobiliário turístico. O Governo deveria dedicar mais atenção a este sector, pois o direito à habitação é um direito constitucional cuja realização demanda incentivos do Estado. Estamos disponíveis para uma parceria com o Estado.

Quais são as previsões de volume de negócios para este ano?

Pretendemos, em 2007, duplicar o nosso volume de negócios, ultrapassando os 22 milhões de contos.

O país vai no bom caminho para a construção das infra-estruturas necessárias e de apoio ao crescimento turístico?

O turismo, sendo o sector com o maior potencial de crescimento, já foi identificado pelas

autoridades políticas como o motor da economia cabo-verdiana. Esta decisão acarreta algumas consequências importantes. O turismo passa a ser a força motriz do ordenamento do território e cada ilha surge como região base do ordenamento e planeamento urbanístico. Precisamos, em cada uma das ilhas, de portos, aeroportos, estradas e vias rápidas, centrais eléctricas e de telecomunicações capazes de suportar o desenvolvimento turístico de forma autónoma e sustentada; a educação e a formação, desde o pré-escolar até ao universitário, devem ser formatadas para servir o turismo. O conhecimento das línguas, nomeadamente da língua inglesa, a promoção da cultura da hospitalidade e do conhecimento da história dos principais mercados emissores, assim como dos nossos principais concorrentes tem de fazer parte dos currículos escolares. Trata-se de desafios enormes que tem de ser vencidos.

E como dão corpo às parcerias público-privadas?

O Estado de Cabo Verde não possui recursos para implementar estas infra-estruturas em →



ENTREVISTA



A Tecnil quer ser um player de peso no sector turístico mundial, queremos ser a maior e melhor empresa privada cabo-verdiana e vamos lutar para que isso aconteça.

Mas, ainda há pouco, disse que a principal dificuldade da Tecnil era a escassez de terreno...

Sim, mas a dificuldade de obter um terreno não tem a ver com a falta dele mas com a burocracia. Porque o que mais temos em Cabo Verde é terreno. Por exemplo, fala-se muito dos terrenos da Boavista, mas actualmente não há nada lá, a parte que está vendida é quase nula. Mesmo aqui em Santiago, diz-se que a Praia não tem espaço. Como é que não tem espaço? Daqui à Cidade Velha só se vê achadas e nunca vai faltar terreno.

tempo útil. Por isso, a parceria público-privada emerge como uma solução. Temos de olhar Cabo Verde de fora para dentro, ver o que os outros, que tiveram sucesso nesta área, fizeram para o conseguir.

A parceria público-privada é, também, um instrumento muito potente que o Governo de Cabo Verde deveria utilizar, assim como os Estados nossos concorrentes fazem, para incentivar os empresários nacionais a competir de igual para igual no plano internacional. Se esta decisão não for tomada em tempo útil, corremos o risco de transferir os centros de decisão e de competências, em matérias tão importantes, nomeadamente no respeitante ao sector imobiliário turístico, para o exterior, com consequências nefastas nos planos político e social, a curto, médio e longo prazos.

Têm a ambição de ser um promotor turístico de referência mundial, como pretendem lidar com a concorrência estrangeira?

Não temos nem nunca tivemos. Acreditamos nas nossas capacidades e quando temos défices de competências temos que adquiri-las. Tudo o que for necessário para sermos melhor, nós vamos fazer. Trabalhamos em Cabo Verde, mas o nosso mercado de recrutamento é global e universal. Vamos buscar as competências onde elas estiverem.

Mas, para já, a intenção da Tecnil é investir só em Cabo Verde?

Neste momento estamos a concentrar os investimentos em Cabo Verde, mas não quer dizer que a médio, longo prazo não tenhamos investimentos fora do território nacional.

Quais são os locais em Cabo Verde onde querem investir?

Para nós, todo o Cabo Verde é um potencial para o investimento turístico. Todas as ilhas, incluindo Santa Luzia, se encontrarmos uma forma de construir sem pôr em causa a reserva natural.

Estamos a pensar em arrancar com um resort na Boavista e aqui em Santiago. Mas as condições ainda não estão reunidas porque não temos terrenos disponibilizados na Boavista.

Isso deve-se ao impasse da Sociedade de Desenvolvimento Turístico das ilhas de Boavista e Maio (SDTIBM)?

Sim, mas acredito que isso vai ser resolvido brevemente.

Quais são as principais dificuldades que a Tecnil enfrenta actualmente?

A principal dificuldade é a obtenção de terrenos para os projectos que temos.

A construção crescente dos resorts e hotéis e a corrida aos terrenos vão deixar espaço para os cabo-verdianos construírem e terem as suas casas na sua terra?

Há um exagero imenso quando se fala do desenvolvimento turístico de Cabo Verde. Fala-se de uma invasão turística e alguém que não esteja por dentro da questão fica com medo. Na realidade, ainda não temos praticamente nada: temos o resort de Vila Verde, da Tecnil, o maior iniciado até agora e temos mais dois resorts de investimento estrangeiro. Os projectos que estão a ser desenvolvidos neste momento, há anos que são alvo de anúncios e lançamento de primeiras pedras.

As condições de Cabo Verde poderão acelerar o turismo no país, mas as coisas não acontecem de qualquer forma e o governo tem um plano de ordenamento de território que vai salvaguardar os terrenos destinados a nacionais. Terá que haver uma gestão do território nacional e, com isso, não vejo razão para haver medo dos investimentos no turismo.

E se Cabo Verde deixar de estar na moda?

Cabo Verde está na moda porque o turista encontra aqui sol, praia e tranquilidade social. Pode encontrar isso noutros destinos mas temos a vantagem de estar próximos dos centros emissores de turistas. Cabo Verde só poderá vir a estar na moda se nós, onde incluo as entidades privadas e políticas, cometermos erros fatais. O sucesso do turismo depende de nós, do nosso posicionamento estratégico.

Quais os grandes sonhos para o futuro?

A Tecnil quer ser um player de peso no sector turístico mundial, queremos ser a maior e melhor empresa privada cabo-verdiana e vamos lutar para que isso aconteça. Vejo o futuro com muito optimismo, mas temos que saber tirar partido das oportunidades. Se isso não acontecer, toda a sociedade cabo-verdiana será a única culpada.



Perfil da Tecnil

O Grupo Tecnil tem dentro de si empresas dedicadas a várias áreas de negócios. Entre elas estão, a Tecnil construções, a CVBI – Cabo Verde betões e inertes, em consórcio com a Cimpor e Armando e Cunha, que já está a operar no Sal, o Vila Verde Hotéis & Resorts, que vai ocupar-se de toda a gestão dos hotéis e resorts da Tecnil e a Tecnil trading. A empresa “Águas Cabo Verde”, proprietária da marca “Trindade” é detida em 85% pela Tecnil, e está em processo de expansão.

Em 2004, a Tecnil atingiu os 2 milhões de contos de volume de vendas e em 2005 foi de 1,1 milhões de contos. Em 2006, ultrapassaram os 11 milhões de contos.

Estão agora a construir parcerias sólidas, nomeadamente no sector da intermediação, da construção, das tecnologias de informação e comunicação e na área financeira, e assinaram recentemente um contrato de financiamento com o Banco Espírito Santo, no valor superior a 4 milhões de contos.

INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL CABO VERDE E CEDEAO

Nos últimos tempos, várias vezes se fizeram ouvir relativamente ao processo de Integração Económica Regional (IER) de Cabo Verde na CEDEAO (Comunidade Económica dos Países da África Ocidental). As vezes em torno deste problema são muitas vezes opostas, ao esvaziarem a IER, em simplesmente Integração Regional (IR) e ao defenderem a saída de Cabo Verde da CEDEAO.

A posição do Governo de Cabo Verde demonstrou que continua fiel ao princípio que norteou a entrada do nosso país na CEDEAO, dois anos após "O Tratado de Lagos 28 de Maio de 1975" [1]. Para o Governo, é necessário que haja discussão do Estatuto Especial de Cabo Verde na CEDEAO.

A população da CEDEAO superior a 230 milhões de habitantes, só pode ser considerada um problema, se entendido no princípio da livre circulação de pessoas – esta é a terceira fase de integração económica –, no actual processo de desenvolvimento económico dos outros países da CEDEAO. É este o maior problema de Cabo Verde nesta instituição. Mas é aí que reside a chave de resolução do problema, isto é, Cabo Verde deve seguir as fases de integração económica de forma ascendente e não descendente como vinha acontecendo. A experiência de integração da União Europeia é um exemplo.

São várias as vantagens da Integração Económica Regional:

1. Alargamento do mercado interno cabo-verdiano aos mercados de países-membros da CEDEAO.
 - a) No litoral da Costa Ocidental Africana, Senegal, Gambia, Guiné-Bissau, Guiné-Conakri, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim e Nigéria. Estes países constituem 11 Estados com os quais Cabo Verde tem possibilidades de desenvolver cooperações marítimas no quadro de uma estratégia de longo prazo.
 - b) Com Cabo Verde são 12 os países da CEDEAO com vocações marítimas regionais. Daí as vantagens dos portos em Cabo Verde no xadrez dos outros portos africanos.
 - c) Os 11 países acima referidos apresentam vias vantajosas e alternativas para acesso aos mercados dos países do interior continental, Mali, Burkina-Faso e Níger.
2. As vantagens comparativas de Cabo Verde, pela posição geo-marítima entre os Países-membros da CEDEAO e o restante triângulo geo-estratégico no sentido lato da parte restante do

GEO-ESTRATÉGIA



Humberto E. Freitas

...é sempre vantajoso para Cabo Verde ser membro da CEDEAO. Prejudicial para o país seriam os grandes saltos na Integração Económica Regional...

Continente Africano, Europa e do Continente Americano nas duas vias - Norte e Sul;

3. Aumento do poder negocial, no quadro da CEDEAO, de Cabo Verde com outros países e instituições internacionais;
4. No alargamento do mercado cabo-verdiano, as populações dos outros países-membros da CEDEAO deixam de ser uma desvantagem para tornarem-se numa vantagem. Isto elimina o paradoxo da população anteriormente referido a longo prazo;
5. A nossa integração permite, aos nossos empresários melhores conhecimentos científicos desses mercados a médio e longo prazo, aproveitando as economias de escala;
6. Acesso potencial às matérias-primas estratégicas para Cabo Verde, bens e capital, nomeadamente do petróleo, do gás numa situação de boa ou má conjuntura económica internacional;
7. Desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas que exigem avultados investimento nos meios humanos, materiais e financeiros para conservação do meio ambiente, prevenção de catástrofes na ZEE (Zonas Económicas Exclusivas), conservação dos recursos marinhos, luta contra piratarias e outras ameaças, etc.;
8. Mudança estrutural da economia a longo prazo nos países-membros;
9. Aumento de investimento externo no quadro multilateral;
10. Historicamente, os países da CEDEAO fazem parte de eixos linguísticos importantes e culturais com os quais Cabo Verde manteve boas relações diplomáticas: Portugal, França e Inglaterra;
11. A economia de divisas na fase de integração económica plena.

Em forma conclusiva, é sempre vantajoso para Cabo Verde ser membro da CEDEAO. Prejudicial para o país seriam os grandes saltos na Integração Económica Regional e, mesmo, a saída da CEDEAO, contrapondo-se, assim, aos fenómenos de formação de grandes centros de integração económica multipolares a nível mundial.

Fonte:

[1] Vasques, Sérgio. "A Integração Económica Africana". - Fim de Século Edições Lda, Lisboa 1997.

TAXAS DE JURO		
Data	Tipo	Taxa (%)
	Oficiais	
31-05-1999	Redesconto	8.5
26-02-2005	Cedência de Liquidez	7.5
05-09-2003	Absorção de Liquidez	1.0
08-12-2006	Mercado Monetário Interbancário	6,00
29-01-2007	Taxa Base Anual	3,04
Títulos da Dívida Pública		
29-01-2007	Bilhetes de Tesouro - 91 dias	3,03
19-01-2007	Obrigações de Tesouro - 5 anos	5,41

TAXAS NO MERCADO DE INTERVENÇÃO				
Data Emissão	Tipo	Prazo (Dias)	Taxa	Montante
2007-02-01	TIM	182	4,031	40.000.000,00
2007-01-25	TIM	182	3,883	320.000.000,00



BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 07-02-2007				
País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
CANADA	CAD	1	71,895	72,036
SUICA	CHF	100	6.823,700	6.855,146
DINAMARCA	DKK	100	1.477,968	1.480,657
EUROPA	EUR	1	110,265	110,265
INGLATERRA	GBP	1	167,475	167,778
JAPAO	JPY	100	70,819	70,946
NORUEGA	NOK	100	1.357,938	1.360,628
SUECIA	SEK	100	1.205,434	1.208,291
ESTADOS UNIDOS AMERICA	USD	1	85,013	85,215
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810
AFRICA DO SUL	ZAR	1	11,736	11,938

MACROECONOMIA

Estado paga 640 mil contos em indemnizações

O governo prevê pagar no decorrer deste ano mais de 640 mil contos em indemnizações com funcionários despedidos, processos de compra e expropriação de terrenos. O montante, que consta do Orçamento do Estado para 2007, representa apenas 0,16% do total das despesas previstas, mas supera a verba que o Estado disponibiliza para a compra de bens e serviços ou o grosso das receitas que os Fundos e Serviços Autónomos devem arrecadar até o mês de Dezembro.

Até ao final deste ano, o governo deverá despendar mais de 640 mil contos só em indemnizações, uma soma que ultrapassa de longe as compensações atribuídas pelo Estado no ano passado, que foi de 70 mil contos. Ou seja, para este ano as indemnizações aumentam 89% face a 2006, transpondo a fasquia do meio milhão de contos.

Só para se ter uma ideia, o dinheiro que o governo, através da Direcção Geral do Tesouro, vai pagar em indemnizações representa 0,16 por cento das despesas do Estado para o corrente ano (40 milhões de contos) e é superior ao total das receitas que os Fundos e Serviços Autónomos devem embolsar até ao fim de 2007 (cerca de 529 mil contos). Mais, o montante destinado a essas compensações ultrapassa a verba que o executivo disponibilizou este ano para a aquisição de bens e serviços (444 mil contos).

Com efeito, este aumento exponencial das indemnizações é explicado pelo notório crescimento das expropriações e compra de terrenos para investimento, que, pelo seu valor, envolvem montantes muito mais avultados. Se no ano passado boa parte dos 70 mil contos foram destinados a indemnizar processos pendentes de funcionários despedidos e outros de serviços extintos, em 2007 quase toda a verba que o OE atribui às indemnizações é para proprietários de terrenos que o Estado expropriou ou comprou para promover o investimento, como na Boa Vista e Maio ou em Santa Cruz, onde se construiu a barragem de Poilão.

Segundo **Cifirão** apurou, estes 640 mil contos não chegam para cobrir todos os processos a indemnizar em 2007, conforme cálculos da Direcção



Geral do Património, que negocia a compra e venda dos terrenos – basta ver que só as terras da Boa Vista estão avaliadas em cerca de 500 mil contos. E isso, segundo fontes deste jornal, tem a ver com o facto de quando o OGE foi concluído ainda se estar a discutir o montante a pagar aos proprietários das terras expropriadas. Daí alguns proprietários terem de aguardar até ao próximo ano, no mínimo, para receber a sua parte.

O certo é que o executivo prevê empregar mais de 640 mil contos em indemnizações durante este ano. Este dinheiro sai do próprio Orçamento Geral do Estado e das receitas correntes. É que, ao contrário dos anos anteriores, desta vez não há “**receitas consignadas**”, isto

é, não há nenhuma fonte de recurso destinada exclusivamente a cobrir as indemnizações. “**Por isso, o processo será efectuado de forma paulatina, ou seja, vai-se indemnizar as pessoas de acordo com as disponibilidades de Tesouraria**”, assegura uma fonte do **Cifirão**, antes de acrescentar que o processo indemnizatório está pronto a arrancar. “**O Orçamento Geral do Estado para 2007 já foi aprovado, portanto, no decorrer da sua execução vai-se pagando os visados. Mas, repito, esse pagamento será feito conforme as disponibilidades de Tesouraria e mediante proposta da Direcção Geral do Património**”, conclui.

Hermínio Silves

500 mil contos

só para terrenos da Boa Vista

CCIASB na Ribeira Grande

A inauguração na sexta-feira, 2, na Vila da Ribeira Grande, da representação da Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços de Barlavento é no entender do presidente desta entidade, mais uma vitória do sector privado nacional.

O presidente da CCIASB garantiu, na ocasião, que a parceria estratégica celebrada com a SISA e que resulta de um concurso restrito e local, representa um ganho dos próprios associados e empresários da Ribeira Grande. Já Osvaldo Maurício, gerente da SISA, preferiu exortar os presentes a desafiar as competências da recém criada Antena da Câmara do Comércio de Barlavento pois, a seu ver, só assim os instrumentos colocados à disposição do tecido empresarial local, poderão ser testados em termos práticos.

Manuel Monteiro apresentou ainda aos presentes os principais programas definidos pela direcção para a ilha, entre eles, a valorização do grogue de Santo Antão, que será retomado a partir de Março com a realização de uma missão temática e empresarial ao Brasil. Esta missão permitirá aos produtores de grogue da ilha analisar in loco a experiência que permitiu ao Brasil valorizar a cachaça artesanal, cuja exportação hoje avalia-se em milhões de dólares. Igualmente, e no quadro desse programa, encontra-se em preparação um projecto público-privado que tem por objectivo a instalação de uma unidade modelo de produção e acondicionamento do grogue e seus derivados.

Um programa de formação profissional, preparado por associados e especialistas, com metodologias de aprendizagem baseadas em ambientes informais, mas também adequado às expectativas de lançamento da economia de Santo Antão, foi igualmente apresentado. Sobre este particular, o presidente, da CCIASB indica que sempre confiou nas capacidades da ilha, razão pela qual acredita que a agricultura e a pesca possuem potencialidades para elevar a contribuição de Santo Antão no desenvolvimento económico e social de Cabo Verde. “**Aos empresários locais cabe a responsabilidade de aproveitar as vantagens desses sectores e desenvolver actividades económicas competitivas tanto para o turismo interno como para a exportação especializada**”.

E AINDA

Empresários querem Lei de Micro-finanças

A Federação das Associações Caboverdianas que operam na Área de Micro-Finanças (FAMF), reuniu-se na terça-feira, 6, com os líderes parlamentares do MpD, PAICV e UCID. Objectivo: promover o debate e fazer com que a proposta de lei de enquadramento do sector de Micro-Finanças em Cabo Verde seja consensual e sirva os interesses dos cabo-verdianos.

Recentemente foi aprovada pelo Conselho de Ministros a proposta de lei sobre Enquadramento Legal do Sistema de Micro-Finanças em Cabo Verde. Este pacote legislativo reafirma a importância do micro-crédito como instrumento essencial de luta contra a pobreza e o enquadra como um direito humano fundamental. O micro crédito, surgiu na década de 90 em Cabo Verde. Desde então, várias organizações – sob a forma de ONGs, projectos com fundos para créditos e caixas de poupança – praticam esta modalidade e actuam, ao lado do sistema formal, como elementos de um sistema financeiro descentralizado.

Ministra das Finanças leva OGE às autarquias

A ministra das Finanças está a percorrer todas as repartições de Finanças municipais e serviços sob a sua tutela, sedeados em todos os concelhos do país. Cristina Duarte quer conhecer “**in loco**” os problemas e constrangimentos com que se deparam esses departamentos desconcentrados do seu ministério.

O programa começou esta terça-feira, 6, na Câmara Municipal da Praia, onde a governante apresentou o Orçamento do Estado para 2007 e abordou com Felisberto Vieira assuntos ligados ao sector das Finanças. Na quarta-feira, 7, Cristina Duarte deslocou-se ao concelho de Santa Catarina, dando assim seguimento ao seu programa de visitas. A meta é reunir-se com todos os operadores económicos e autarcas para apresentar-lhes o OGE, a lei das Finanças locais, o novo plano nacional de contabilidade pública... Enfim, discutir abertamente sobre todos os assuntos relacionados com o Ministério das Finanças.

CRESCIMENTO

Confiança em alta

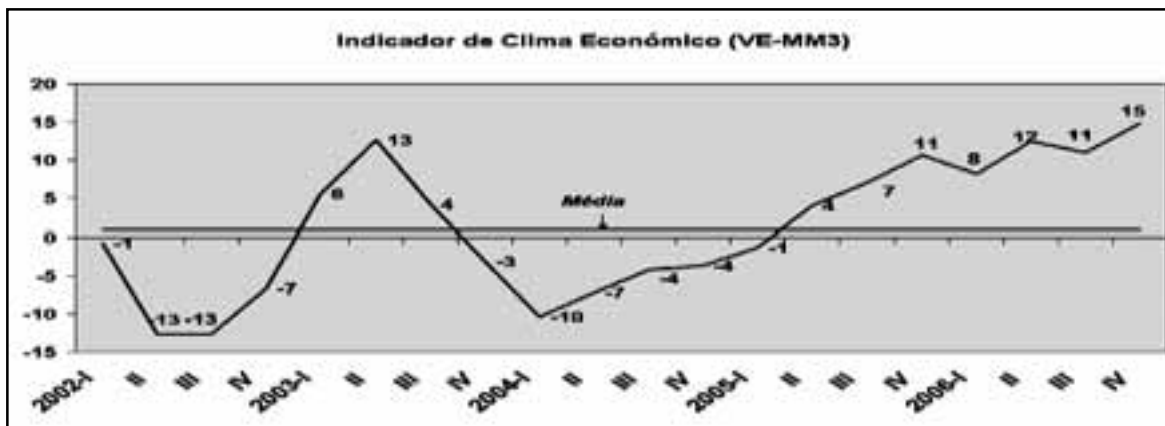
A economia cabo-verdiana fechou o ano 2006 em alta

Segundo o inquérito de conjuntura às empresas, publicado pelo INE, o ritmo de crescimento económico voltou a acelerar no último trimestre do ano passado, tendo-se fixado no ponto 15, nível mais elevado de sempre.

Este comportamento é justificado com o grande optimismo demonstrado pelos empresários de todos os sectores de actividade, à excepção do comércio em feira e em estabelecimento. Embora a conjuntura se tenha mantido em terreno favorável, a

verdade é que a confiança dos empresários no comércio em estabelecimento caiu de 8 para 5, nível ainda assim acima da média de série no sector, que é de 3. No comércio em feira o indicador de confiança continua a descer, tendo atingido no último trimestre de 2006 o ponto mais baixo (-13).

Nos restantes sectores o gráfico é ascendente. O destaque vai para a Indústria Transformadora que fechou o ano 2006 com o indicador em 28, o mais elevado índice de sempre no sector – a média de



série é de 13. O optimismo dos seus empresários deve-se ao comportamento favorável de todas as variáveis que compõem este indicador, ou seja, produção, venda e perspectiva de venda. A falta de água e energia e dificuldades financeiras são ainda alguns entraves à actividade industrial em Cabo Verde.

A subir está também a confiança dos empresários do ramo dos Transportes. Depois de uma ligeira quebra no penúltimo trimestre de 2006, o optimismo das

empresas deste sector regressou no final do ano, com o indicador de clima económico a situar-se em 32, muito acima da média de série (23). Aqui continuam a “atrapalhar” um melhor desempenho das empresas “o excesso de burocracia e regulamentações estatais”. De notar ainda que a confiança do empresariado dos Transportes é, neste momento, inferior ao verificado no último trimestre de 2005.

O Turismo é outro sector que cresce a cada trimestre. Foi assim nos últimos três

meses de 2006, com o indicador de confiança a parar em 13, muito perto do valor máximo alcançado pelo sector há três anos (17). Esta evolução positiva confirma o bom momento do turismo no arquipélago. Mas persistem os mesmos problemas: excesso de burocracia, dificuldades financeiras e insuficiente capacidade de oferta ainda limitam a actividade.

No ramo da Construção Civil, a confiança dos operadores está a subir em flecha. Apesar de o indicador continuar ainda

em terreno negativo, a verdade é que o optimismo dos empresários do sector está em ritmo ascendente desde 2004, quando a Construção Civil bateu no fundo (-39). Neste momento, segundo o inquérito do INE, o indicador marca -4, nível muito acima da média de série que é de -22. É certo que a pouca procura, as dificuldades na obtenção de crédito bancário e a escassez de mão-de-obra ainda são barreiras para o sector, mas não da forma como foi em 2005, por exemplo.

FMI apreensivo com graduação de Cabo Verde

O Fundo Monetário Internacional está preocupado com a graduação de Cabo Verde a País de Rendimento Médio. Segundo o FMI, este arquipélago tem de encontrar novas formas de financiamento externo, ao mesmo tempo que fortalece a sua capacidade de gestão financeira, para preparar, de modo conveniente, a sua promoção a PDM, prevista para o próximo ano.

Em nota divulgada no passado dia 26, a partir da sua sede em Washington, o FMI alerta para a hipótese de o novo estatuto de Cabo Verde, a ser atribuído pelas Nações Unidas no próximo ano, tornar “cada vez mais difícil” a tarefa do país garantir o financiamento do seu desenvolvimento em condições preferenciais. Este é, aliás, um dos assuntos que a próxima missão do FMI vem tratar dentro de poucos dias em Cabo Verde, quando se proceder à avaliação do PSI (Instrumento de Apoio de Políticas), actualmente em vigor entre ambas as partes e ao abrigo do qual aquela instituição faz o acompanhamento da economia cabo-verdiana já vem aí.

Segundo o subdirector do FMI, o brasileiro Murilo Portugal, após a segunda avaliação PSI, a acontecer durante a referida missão, “é possível que tenham de ser desenvolvidas novas opções de financiamento externo” a Cabo Verde, pois a graduação deste país a PDM.

Recorde-se que com a sua saída do grupo dos PMA em 2008, Cabo Verde deixa de poder aceder ou beneficiar de uma série de regalias decorrentes desse estatuto, a nível das Nações Unidas e das instituições financeiras internacionais. Este arquipélago será, note-se também, o primeiro país africano de língua portuguesa a ascender ao grupo dos PDM.

Entretanto, ao mesmo tempo que algumas portas se fecham a nível dos PMA, outras devem abrir-se com a graduação de Cabo Verde a PDM. Tanto é assim que as próprias autoridades cabo-verdianas têm defendido, a nível do IDA (Banco Mundial), o reforço substancial do seu pacote financeiro, tendo em conta os actuais níveis de necessidade de desenvolvimento deste arquipélago.

CRESCIMENTO ROBUSTO

Fora a preocupação decorrente da graduação de Cabo Verde a PDM, o FMI mostra-se bastante satisfeito com o actual desempenho macro-económico deste arquipélago. De acordo com a referida avaliação, entendem os responsáveis do Fundo que o crescimento económico actual destas ilhas é “francamente robusto”, contribuindo para isso os “aumentos significativos a nível do turismo e do investimento directo estrangeiro” registados em 2006. “O desempenho económico de Cabo Verde permanece forte, apoiado por políticas macroeconómicas prudentes e por reformas estruturais em implementação”, refere Murilo Portugal.

A inflação, prossegue aquele responsável, deve permanecer “baixa a médio prazo” e “as políticas fiscais e monetárias estão em linha para reduzir substancialmente a dívida doméstica e impulsionar as reservas externas”.

Na sua apreciação o FMI recomenda, no entanto, à Cidade da Praia fazer com que as empresas públicas “passem a operar em termos comerciais”. A mesma recomendação acontece a nível dos combustíveis, cujos preços de venda a retalho devem, no ponto de vista do FMI, reflectir os custos da sua aquisição nos mercados internacionais. Sendo assim, o FMI regista como positivas as medidas adoptadas pela ARE e que conduziram meses atrás à actualização das tarifas de água e electricidade.

Ainda em relação aos combustíveis, aquando da última actualização dos preços o presidente da ARE, Renato Lima, prometeu que os custos dos combustíveis passarão a ser actualizados de forma mais regular a partir de Março (ver A Semana, 19-01-07, pág. 14), indo assim ao encontro do FMI, quando este defende o princípio da transparência nos preços praticados internamente fazendo-os corresponder aos valores da importação nos mercados externos.

MERCADO

Ferro, gasóleo e cimento lideram as importações em 2006



O ferro e o gasóleo encabeçam a longa lista das importações feitas por Cabo Verde no ano de 2006, ambos a ultrapassarem a barreira dos dois milhões de contos, valor superior à soma das receitas arrecadadas pelo Estado com as exportações. O somatório das transacções indica que o país despendeu mais de 44,5 milhões de contos na compra de produtos no estrangeiro, contra 1,8 milhões de contos embolsados com as exportações. O país exportou essencialmente pescado, confecções, calçados e farinha de trigo.

Os números são da Direcção-Geral das Alfandegas, mais precisamente do Departamento de Informática e Estatística Aduaneiro, e indicam um desequilíbrio cada vez maior da Balança Comercial Cabo-verdiana com mais de 43 milhões de contos, de déficit. A diferença é tão grande que o montante embolsado com as exportações não cobre sequer os valores gastos com a compra do ferro e aço, gasóleo e cimento ao longo do ano findo.

Estes três produtos, ferro, gasóleo e cimento, encabeçam a lista dos produtos mais solicitados, tendo Cabo Verde pago acima de dois milhões de contos para o ferro (2,3), gasóleo (2,2) e 1,9 milhões de contos para o cimento. Ferro e aço que, comparativamente à lista do ano passado, subiram do terceiro lugar para o topo da lista dos produtos mais requisitados. Outro item que galgou na tabela dos principais produtos importados são os automóveis para transporte de passageiros que superaram os plásticos e seus derivados, embora estes tenham registado também um ligeiro aumento em relação ao ano de 2005, com 1,4 milhão de contos pagos.

BALANÇA COMERCIAL

43 milhões
de contos, déficit da balança comercial.

44,5 milhões
de contos, valor das importações

1,8 milhões
de contos, valor das exportações

A nível dos transportes de carga, regista-se um aumento da demanda por tractores e veículos, em resultado da dinâmica da construção civil e grandes obras existentes no país. Os valores gastos na aquisição desses equipamentos, 1,2 milhões de contos, aproximam-se dos montantes desembolsados para a compra de óleos alimentares e leite em pó com 1,09 e 1,02 milhão de contos despendidos, respectivamente. Aliás, os óleos alimentares e o leite em pó foram os únicos produtos alimentares a superar a fasquia de um milhão de contos, superior inclusive ao

muito solicitado arroz, que se ficou pelos 894 mil contos.

Nesta lista destacam-se ainda os valores gastos com a compra de móveis (873 mil contos), cervejas (765 mil contos), artigos cerâmicos e higiénicos de ferro ou aço (758 mil contos), fuel-oil (757 mil contos), açúcar (679 mil contos), máquinas e aparelhos eléctricos (655 mil contos) e madeira e derivados (649 mil contos). Registaram-se ainda montantes consideráveis desembolsados na compra de medicamentos, máquinas para construção civil, material de imprensa (papel e suas obras) e ainda para carnes e miudezas de aves. Seguem-se na lista os produtos alimentares, entre os quais milho, trigo em grão, sumos de frutos, preparados e conservas de carne, bebidas, frutas, vinhos, legumes, entre outros.

A nível das exportações, onde as receitas são mais contidas, os peixes frescos, refrigerados e congelados ocupam o topo da lista dos produtos mais procurados, o que rendeu ao país cerca de 815 mil contos. As confecções e os calçados renderam ao país 522 e 260 mil contos, respectivamente. Seguiram-se a farinha de trigo (75 mil contos), lagostas congeladas (39 mil contos), aguardente e licores (37 mil contos) e peixes em conserva (34 mil contos). Importa ainda destacar a exportação do café, que aspira atingir os patamares antigos com o envio de mais de nove toneladas para o exterior, dos medicamentos, da pozolana, materiais corantes, artefactos de madeira, confeitarias e ainda couros e peles de bovinos.

Constância de Pina

EMPRESAS

Cerveja cabo-verdiana Strela exportada para a Gâmbia

A cerveja Strela vai começar a ser exportada para vários países africanos. A Gâmbia é o primeiro destino da cerveja cabo-verdiana, que recentemente chegou ao mercado nacional, para substituir a Coral.

Chegaram no fim deste mês à Gâmbia os primeiros contentores da cerveja cabo-verdiana Strela. São cerca de 25 mil litros de cerveja, que, ainda este mês já deverão estar à venda no mercado gambiano.

Porquê a Gâmbia? "Porque é um dos países onde está instalada uma fábrica da Equatorial Coca-cola Bottling Company, a que pertence também a Sociedade Cabo-Verdiana de Cerveja e Refrigerantes, que produz a Strela. E também porque foi o primeiro mercado a mostrar maior apetência para vender esta cerveja", disse, ao "Cifrão", Arnaldo Rocha, director-geral da SCCR.

Segundo explicou, a exportação da cerveja Strela é uma "estratégia fundamental na actividade para a empresa" e a diáspora é um dos pontos fulcrais nesta estratégia. "A cerveja cabo-verdiana dá um primeiro passo para se dar a conhecer no resto do mundo", sublinhou.

Portugal é um dos próximos destinos da Strela, que deverá chegar a terras lusas antes do Verão. Outros países da África Ocidental, como a Guiné-Bissau, e da Europa, como a Holanda, fazem parte do roteiro deste sabor cabo-verdiano.

No arquipélago, "a Strela tem vindo a conquistar a sua posição no mercado", diz Arnaldo Rocha. "O mercado não é fácil porque temos uma forte competição das cervejas portuguesas, mas estamos a conseguir afirmar-nos", garante.

Águas de Cabo Verde lança nova fábrica em Março

A Águas de Cabo Verde SA, empresa que produz a marca Trindade, vai inaugurar no próximo mês uma nova unidade fabril, em Mato Sanches, zona de Trindade. A apenas dois quilómetros da nascente que serve de nome àquele produto, a nova unidade fabril ocupa uma área de 2400 metros quadrados e está orçada em 400 mil contos, adiantou a este jornal o director-geral da empresa, Júlio Almeida.

No mercado desde 2000, com a marca "Trindade", a Águas de Cabo Verde abastece actualmente a 60% do consumo nacional de água de mesa. Com a nova unidade fabril, a empresa pretende afirmar-se cada vez mais no mercado nacional, chegando a outras ilhas onde ainda não se encontra presente. E, para tanto, segundo Júlio Almeida, foi necessário apostar em equipamentos da mais alta tecnologia, por forma a responder à demanda e exigências dos cabo-verdianos e não só, e também responder a requisitos de qualidade e segurança em vigor na União Europeia. «Para garantir a boa qualidade da nossa água Trindade aos consumidores, contratamos os serviços de Auditoria de Qualidade do Laboratório Espanhol Oliver Rodes», revelou.

Uma das inovações a serem introduzidas no produto actual passa pela imagem do vasilhame em que a água Trindade é engarrafada. «As garrafas vão ganhar novo formato, porém, continuarão com a mesma denominação



(Trindade) e tamanhos de 0,5 litros, 1,5, 5 e 19 litros. Outra novidade é que tanto os rótulos como as garrafas passam a ter como símbolo o moringo, como forma de promover e preservar as nossas tradições, visto que o moringo era usado pelos nossos antepassados como um recipiente para guardar água», explica Júlio Almeida.

Além da água Trindade, a Águas de Cabo Verde irá ampliar os seus negócios, apostando para isso no sector dos refrigerantes e estará inaugurando a nova unidade fabril com o lançamento de uma marca nova de refrigerante. A conquista de novos clientes e mercados faz naturalmente parte dos seus projectos, dado que actualmente abastece integralmente às ilhas de Santiago, Sal e Boa Vista, ficando as outras ilhas com abastecimento deficitário ou mesmo sem abastecimento.

BANCA

CECV cresceu 25% em 2006

As contas da Caixa Económica referentes a 2006 apontam para um crescimento global do banco na ordem dos 25%, com os resultados brutos a atingir os 370 mil contos. São estes números que a CECV vai apresentar aos accionistas na próxima assembleia geral, agendada para Março.

O volume de negócios da Caixa Económica de Cabo Verde, em 2006, deverá atingir a cifra dos 370 mil contos, valor muito superior ao de 2005. Este aumento dos resultados deste banco comercial é, ao fim ao cabo, fruto do crescimento verificado em todos os serviços da CECV, adiantou ao Cifrão o presidente da Comissão Executiva da CECV, Francisco Simões.

Por exemplo, a Caixa aumentou os seus depósitos em 25%, o que dá 4,5 milhões de contos. No crédito houve um crescimento de 2,3 milhões de contos (19%). Aqui, vale referir que os empréstimos mais procurados foram os créditos à Tesouraria, o crédito à Habitação, que subiu 11%, e, sobretudo, o crédito pessoal, que aumentou 37% face a 2005.

Ainda de acordo com Francisco Simões, para este "pulo" da CECV foi preponderante a recuperação de créditos vencidos, cujo rácio, diz, diminuiu de 6,1% para 5,5%. Isto apesar de os valores absolutos terem crescido cerca de 60 mil contos.

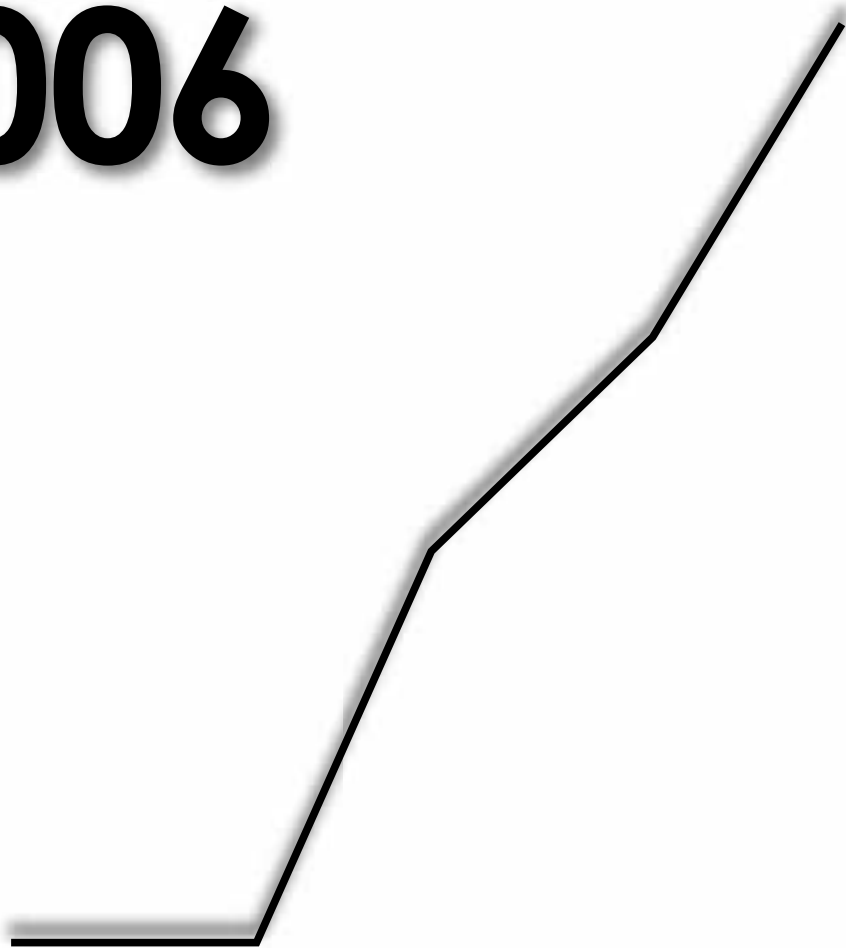
Estes números divulgados ao Cifrão vão ser apresentados à assembleia geral da CECV, que reunir-se-á em Março próximo para avaliar o desempenho da Caixa no ano passado. Além das

contas referentes a 2006, os accionistas deverão também aprovar o plano de actividades da CECV para os próximos meses. Entre os vários projectos em carteira, destaque para o arranque em breve da construção da sede da Caixa, na Avenida Cidade de Lisboa (frente ao Palácio do Governo).

Além disso, a Caixa Económica pretende dar continuidade à sua política de expansão. Depois de inaugurar, há duas semanas, um balcão na Achada São Filipe (aumenta para 16 os seus pontos de venda), este banco comercial prepara-se para começar a construir a nova agência de São Vicente, ampliar a de Assomada e abrir mais três balcões até ao final do ano. Em 2008 está prevista também a abertura de outras três agências.

"A estratégia da CECV para os próximos anos irá basear-se no princípio que sempre norteou a nossa filosofia, a da 'proximidade' à população, seja ela psicológica seja física. Com o aumento da concorrência, a Caixa irá continuar a servir os seus clientes com os serviços e produtos mais adaptados às necessidades das pessoas. vamos ainda privilegiar as parcerias como factor crítico de sucesso. O desenvolvimento interno de novos processos organizacionais irão, decididamente, diferenciar o nosso posicionamento no mercado", prevê o presidente da CE da Caixa Económica de Cabo Verde, o segundo maior banco comercial do país.

HS



ASA recorre à Bolsa de Valores para financiar projectos

A ASA decidiu recorrer à Bolsa de Valores, indo lá buscar fundos para financiar parte dos projectos que tem neste momento em carteira. Mário Paixão, PCA da referida empresa de segurança aérea, afirma-se confiante no sucesso desta operação que passa pela emissão de obrigações num total de 600 mil contos. Segundo ele, a ASA é uma empresa sólida e não falta quem esteja disposto a adquirir os seus bilhetes. Sinais dos tempos.

Seiscentos mil contos é o que a ASA pretende mobilizar através de um "empréstimo obrigacionista" junto da Bolsa de Valores, com prazo de cinco anos. Com esse dinheiro aquela empresa pretende financiar projectos que tem em carteira para a modernização de uma série de aeroportos do país, insertos no seu "master plan" de 2006/2010.

Esta é a primeira vez que uma tal operação é concebida e executada em Cabo Verde, o que atesta a importância que a Bolsa de Valores

(BVC) vem conseguindo no espaço de pouco mais de um ano de funcionamento. A operação já está autorizada pelo Governo, através de um despacho conjunto dos ministros das Finanças e dos Transportes, respectivamente, Cristina Duarte e Manuel Inocêncio Sousa, soube este jornal. Ao todo a ASA vai emitir 600 mil obrigações, ao custo de mil escudos cada, portanto, num total de 600 mil contos.

Segundo o presidente do CA da ASA, esta foi a via encontrada pela empresa para beneficiar do excesso de liquidez actualmente existente no mercado cabo-verdiano, com juros menos onerosos do que os aplicados pelos bancos comerciais existentes no país. **"Trata-se de uma modalidade de financiamento possível, além de ser mais atraente e menos oneroso, em termos de taxas de juros",** afirma Paixão.

Com validade de cinco anos, na prática, quem adquirir as obrigações irá beneficiar de juros mais atractivos do que os gerados por uma

conta a prazo neste momento. Os reembolsos dos juros das obrigações da ASA serão feitos de seis em seis meses, de acordo com as taxas estabelecidas. Para a realização desta operação, a Bolsa de Valores conta com a assessoria do Banco Comercial do Atlântico, soube também este jornal.

Inédita em Cabo Verde, esta operação financeira não deixa de ser um sinal dos tempos decorrentes, ao fim e ao cabo, do surgimento da Bolsa de Valores. **"Neste momento o mercado financeiro está de boa saúde e com os recursos obtidos poderemos fazer marchar o nosso programa de financiamento que é ambicioso",** afirma Mário Paixão.

NOVOS AEROPORTOS

Com mais 600 mil contos no seu cash-flow, Mário Paixão vai aplicar o dinheiro em determinadas necessidades, nomeadamente

equipamentos, que se fazem sentir a nível dos aeroportos da Praia, São Vicente e Boa Vista, estes dois últimos em fase final de construção.

O administrador da ASA revela, a propósito, que as obras dos dois novos aeroportos (S. Vicente e sBoa Vista) prosseguem normalmente e se encontram já na sua fase de conclusão. No caso do aeroporto da Boa Vista, a ASA já está a ultimar a documentação técnica para o respectivo pedido de certificação. Em relação ao de S. Vicente, restam ainda **"pequenas intervenções"**, nomeadamente a nível da pista – eliminação de alguns obstáculos físicos e a conclusão do terminal de passageiros. **"Em 2007 os dois novos aeroportos vão estar operacionais",** garante o boss da ASA, para quem o calendário de obras está a ser cumprido, **"dentro de uma certa normalidade"**.

JVL

INVESTIMENTOS



ASA fica com novas infra-estruturas do aeroporto do SAL

As infra-estruturas do novo aeroporto da Praia, o Terminal de Carga e Correios, o Concourse Hall e arruamentos do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na Ilha do Sal, foram concedidos à ASA (Aeroportos e Segurança Aérea). Como contrapartida, o Estado vai aumentar o seu capital social na sociedade da empresa.

Parcerias de Sucesso

Os projectos encontram-se ainda em fase embrionária – desenho dos Master Plan –, mas esta parceria tem os ingredientes – marca e prestígio – para ser um negócio de sucesso.

José Almada Dias, presidente do Conselho de Administração do Baía das Gatas Resort, garantiu ao **Cifrão** que esta parceria estratégica nasceu aqui no arquipélago e hoje é o Nikki Beach, que se estreia no ramo hoteleiro e no turismo golfe, a destacar esse novo filão de negócios. O próprio Ernie Els, que segundo Almada nunca antes se envolveu no marketing dos campos de golfe que assina, já colocou Cabo Verde no seu site, apresenta a Cape Verde Development como seu sponsor e desde Dezembro, altura em que venceu mais um torneio internacional, joga com o logotipo CV na manga direita da sua camisa.

Quanto ao Baía das Gatas Resort, explica este empresário, é uma empresa constituída por cinco jovens da ilha de São Vicente. O projecto foi idealizado em 1999 e em 2000 foi entregue às autoridades. **“Talvez não fosse o melhor momento e, por causa disso, estivemos vários anos à procura de parceiros. Pelo caminho, alguns potenciais parceiros desistiram porque o Aeroporto Internacional de São Vicente tardava em materializar-se, outros por outras razões. Em Janeiro de 2006, o empresário irlandês Tom Sheehy, da Cape Verde Development, que já tinha parcerias**

na ilha do Sal com a Sogei, a Turim e a Editur, apresentou-nos condições extremamente interessantes e fechamos com ele”.

Foram destas duas parcerias que nasceram os projectos Baía das Gatas Resort, Calheta Bay e Murdeira Beach Resort (Editur e Turim) e Paradise Beach (Sogei). São projectos, afirma Almada Dias, que nasceram por iniciativa de empresários cabo-verdianos. Entretanto, graças à Cape Verde Development, esses cabo-verdianos puderam alargar os seus horizontes. **“Estamos a falar de uma empresa com grandes contactos no exterior. Por exemplo, sempre dissemos que queríamos trazer golfe para Cabo Verde porque atrai um turismo de alto standing. Cape Verde Development trouxe o Ernie Els, que está no topo do golfe mundial. Ele possui o seu gabinete de arquitectura e vai assinar os projectos de Cabo Verde. Isso, por si só, coloca o nosso país na rota do turismo de golfe, que é um dos mais rentáveis do mundo. Este perde apenas para o turismo de casinos”**, gaba este empresário mindelense.

E esta parceria teve tanto sucesso que o golfista sul-africano, Ernie Els, decidiu envolver-se pessoalmente nas campanhas de comercialização e *marketing* dos resorts de São Vicente e Sal. Um facto inédito, garante Almada, para este golfista que já assinou projectos de campos de golfe nas Bahamas, China, Dubai,

Estados Unidos e África do Sul. **“Cabo Verde está a viver momentos excitantes, em parte graças aos investimentos feitos pela CVD no Ernie Els, que têm um efeito multiplicador incomensurável”**, diz.

Foi com igual propósito que a Nikki Beach também foi abordada pela CVD. Almada Dias explica que se está perante uma marca com prestígio mundial que responde, por exemplo, pela organização dos vários eventos do Festival de Cinema de Cannes. **“A CVD trouxe Jack Penrod para Cabo Verde, incógnito, em Julho de 2006. Foi aqui que iniciamos esta parceria Baía das Gatas Resort e Calheta Bay onde iremos ter “Boutique Hotéis” da Nikki Beach, o que é também uma novidade para eles porque sempre estiveram na área de restauração de luxo, clubes nocturnos e festas nas praias próximas aos grandes hotéis”**

Em Cabo Verde, para além de explorar os restaurantes e de estar presentes nos projectos Baía das Gatas Resort e Calheta Bay, o Nikki Beach estará ainda em outros projectos que deverão ser anunciados brevemente. Uma outra aposta é a Nikki Beach Flutuante, um cruzeiro de luxo, que fará a ligação entre os sítios onde existem Nikki Beach.

Constância de Pina



Novas empresas

Xilógrafo Artes & Gravura, Sociedade Unipessoal, Lda foi criada no início do ano e dedica-se à confecção de painéis para identificação de serviços, placas comemorativas, gravuras em mármore e outros materiais. Está sediada na Achada de Santo António, Cidade da Praia, e o capital social é de 200 mil escudos.

A produção industrial e venda de produtos da área gráfica, como impressão digital, serigrafia, sinalética, painéis e expositores para interiores e exteriores são as áreas a que se dedica a **Dikor, impressão e sinalética, sociedade unipessoal**, sediada na Achada de Santo António, Cidade da

Praia. É de Augusto César Lima Barros Silva e o capital social é de 982.878 escudos.

Novas oportunidades – Agência de Turismo, sociedade unipessoal tem a sua actividade na Fazenda, Cidade da Praia. A sócia-gerente é Maria de Fátima Spencer que tem o capital social de 5 mil contos.

O Fogo tem uma nova empresa privada dedicada à segurança privada. A **F-Giro** está sediada em São Filipe, e pertence a João Vieira e Osvaldina Spencer Lopes. O capital social é de 600 contos.

Vila Verde Hotels & Resorts, a nova empresa do Grupo TecniciL, está sediada na

Achada de Santo António, Cidade da Praia, e foi criada para se dedicar exclusivamente à exploração hoteleira e turística. O capital social da empresa é de 5 mil contos.

O Palmarejo, Cidade da Praia, alberga a mais recente empresa de contabilidade, auditoria, consultoria, representação e agenciamento financeiro. **António Borges – Economia & Gestão, Sociedade Unipessoal** pertence a António Carolino Borges e o capital social é de 200 mil escudos.

Média Cabo, Lda, sediada na Cidade da Praia, trabalha na área do design, comunicação,

publicidade e imagem. Pertence a Joaquim Tavares Correia, Sérgio Nazareno dos Passos e Daniel José Monteiro e o capital social é de um milhão de escudos.

O Mindelo também tem uma nova empresa de publicidade e imagem. **Multi Design – Agência Nacional de Publicidade** dedica-se às artes gráficas, audiovisual, publicidade radiofónica, grafismo, publicidade na Internet e criação de websites, decoração de espaços e automóveis, criação de placards e letreiros luminosos e promoção de artistas. Com um capital social de 275 mil escudos, o seu proprietário é Vladimir dos Reis.



tome Nota

São Domingos na rota do turismo

São Domingos quer criar uma Sociedade de Desenvolvimento Turístico para o concelho. Tal pretensão levou o presidente da Cabo Verde Investimentos, Victor Fidalgo, a reunir-se quarta-feira, 7, com o edil local, Fernando Jorge Borges, para juntos estudarem as possibilidades existentes nesse sentido. Deste encontro técnico de trabalho saiu uma Comissão de Gestão que vai se ocupar da instalação da Sociedade de Desenvolvimento Turístico de São Domingos.

Nikki Beach em Cabo Verde

A rede Nikki Beach, uma cadeia de restaurantes e clubes nocturnos de luxo com instalações em zonas de praia em sete países e clientes entre as estrelas de Hollywood, músicos conceituados e pessoas endinheiradas, já está presente em Cabo Verde. O anúncio de mais esta “conquista” foi feito pelo patrão do Nikki Beach, Jack Penrod, por ocasião das comemorações do 10º aniversário da marca, celebrado a 27 Janeiro, em Miami.

Nikki Beach, que já é uma marca sobejamente conhecida – possui investimentos avaliados em 500 milhões de dólares nos ramos da restauração e clubes nocturnos de luxo, organização de eventos, festivais de música e televisão – alarga

os seus horizontes com a exploração de hotéis, resorts, casinos, campos de golfe, condomínios fechados e cruzeiros em Cabo Verde e noutros países, entre os quais Portugal, México e Panamá. “As instalações do Nikki Beach são famosas por atraírem uma clientela dominada por pessoas endinheiradas”, lê-se na notícia publicada pelo jornal americano “Miami Herald”.

Este diz ainda, citando Jack Penrod, que a ideia é “fazer crescer a marca” e promover um “estilo de vida” ao disponibilizar outras marcas famosas como a Bulgari, Missoni, Versace, Armani e Ferragamo nos seus novos projectos. No caso de Cabo Verde, a marca

Nikki Beach está, além da “Boutique Hotéis”, associada aos projectos do Baía das Gatas Resort (São Vicente) e Calheta Bay (Sal), que terão campos de golfe assinados por Ernie Els, golfista que integra o selecto top ten mundial.

Um outro projecto que a Nikki Beach tem em agenda é um “Nikki Beach Flutuante”. Trata-se de um navio de cruzeiros cujo valor deverá rondar os 500 milhões de dólares, com capacidade para transportar 832 passageiros e que fará a ligação entre as diferentes unidades da marca espalhada pelo mundo: Hollywood, Nova Iorque e Miami (EUA), Marbella e Puerto

Vallarte (Espanha), Marrakech (Marrocos), Sardenha (Itália), St Barths e St Tropez (França) e Búzios (Brasil).

Cabo Verde deverá constar também desta “rota da fama” com a concretização dos investimentos previstos para São Vicente, Sal e provavelmente Santiago. E perspectivam-se novos projectos, a crer nas declarações do presidente do Conselho de Administração do Baía das Gatas Resort, parceira do Nikki Beach, que prevê o anúncio ainda no decurso deste mês de Fevereiro, possivelmente por altura do Carnaval, de novas iniciativas do grupo em Cabo Verde.

Constância de Pina

Fortim, o miradouro do Mindelo

Foi apresentado publicamente em São Vicente por altura das festas do município e prevê a construção de um hotel cinco estrelas, vilas, apartamentos, casino e um “centro histórico”. É o projecto Fortim, que irá assentar em parte sobre o velho edifício do mesmo nome, que está completamente em ruínas será reabilitado e ampliado para receber um casino, restaurantes, clube nocturno, bar e um centro histórico com espaços de exposições.

“Vamos manter o traçado original do antigo Fortim e ampliá-lo para que possamos ganhar mais espaço. Além dos restaurantes, bares, casino e do clube nocturno, queremos que o centro histórico seja polivalente de forma a transformar o Fortim num verdadeiro miradouro da cidade do Mindelo”, esclarece José Almada Dias, presidente do Conselho de Administração do Baía das Gatas Resort, em representação da Cape Verde Development, dona do projecto, junto com um grupo de jovens empresários nacionais.

Paralelamente, indica Almada, será construída uma praça pública e espaços para passeios e prática do desporto, com uma vista de 360º sobre Mindelo. A antiga estação meteorológica do Fortim cederá lugar a um hotel cinco estrelas, com 51 suítes.

“No lugar do edifício da antiga estação meteorológica nascerá um hotel cinco estrelas. Para aumentar ainda mais a capacidade hoteleira da ilha, iremos construir na encosta que dá para a Baía do Porto Grande, mas de forma a não tapar a vista, oito vivendas. Do lado da Lajinha, teremos blocos de apartamentos aproveitando a inclinação da rocha”.

O projecto surgiu da constatação de algumas insuficiências existentes em São Vicente e que ficam expostas sobretudo quando os cruzeiros passam por esta ilha. “Os turistas limitam-se a passear pela cidade, sem encontrar um lugar onde possam gastar o seu dinheiro. Aqui no Fortim encontrarão vários serviços num único espaço, podem gastar dinheiro no casino, night club, bares e restaurante ou mesmo adquirindo algum artesanato, obras de arte. Isso sem falar no prazer que é desfrutar de uma vista privilegiada da cidade”.

Almada Dias aponta o exemplo do Funchal, ilha da Madeira, onde o turismo de cruzeiro ditou o surgimento de um casino. Entretanto, hoje, segundo este responsável, a maior clientela do casino é local. Um outro dado positivo deste projecto, assegura, é



que o complexo hoteleiro que envolve o hotel, as vivendas e os apartamentos irão aumentar no curto prazo a oferta hoteleira de São Vicente, permitindo viabilizar o aeroporto internacional.

Os desenhos deste empreendimento turístico foram feitos na Irlanda, nos escritórios do PRC Group Architects, mas têm a mãozinha da cabo-verdiana, Santos, que durante dois meses esteve na Irlanda a colaborar com a equipa de arquitectos. Quanto ao arranque dos trabalhos, afirma Almada Dias, ela está pendente apenas de uma autorização da Câmara Municipal de São Vicente, que irá analisar o projecto nos próximos dias. O prazo de execução dos trabalhos é de um ano e meio a dois anos.

Relativamente aos investimentos, de acordo com o entrevistado, trata-se de um projecto cujas primeiras estimativas situam-se entre os 25 e os 30 milhões de euros, montante que pode inflacionar devido a questões técnicas, resultantes das construções na encosta do Fortim. Quando a obra estiver concluída, Fortim deverá oferecer no mínimo 150 postos de trabalho directos e outros tantos indirectos. “Esta é uma informação importante para São Vicente, ilha que apresenta uma taxa de desemprego das mais altas do país”, conclui. CP

PESCAS

EMBARCAÇÕES CABO-VERDIANAS NOS MARES DE ANGOLA

Pesca industrial arranca finalmente

Seis das dez embarcações de fibra da Sociedade Cabo-Angolana de Pesca, Atlantic Tuna, já estão no Cuanza Sul, para ali começarem a pesca de atum. É o verdadeiro arranque, diz José Maria Neves, da pesca industrial, anunciada há muito pelos sucessivos governos de Cabo Verde.

Os navios partiram dia 8 de São Vicente, passando por S. Nicolau, rumo Angola. Já chegaram ao Porto de Amboim, na Província de Cuanza Sul, e é ali que acontecerá a primeira captura industrial de atum, promovida pela sociedade recém-criada.

Esta operação está sendo encarada com entusiasmo pela cidade da Praia. É que, segundo o ministro das Infra-estruturas e Transportes,

Manuel Inocêncio Sousa, trata-se do verdadeiro arranque da pesca industrial, um desiderato que há muito vinha sendo protelado pelos governos de Cabo Verde.

Manuel Inocêncio Sousa aproveita para anunciar que as restantes quatro embarcações – entretanto alugadas a um operador de S. Nicolau e a um empresário cabo-verdiano residente no Senegal –, serão devolvidas até ao fim do próximo mês de Julho, o mais tardar, às autoridades nacionais. **“Estas quatro unidades deverão reforçar a pesca industrial de atum na zona da costa ocidental africana. A intenção é aproveitar melhor os acordos de pesca que Cabo Verde tem assinado com os países vizinhos da região,**

particularmente com o Senegal, a Mauritânia e a Guiné-Bissau”, perspectiva o governante.

A frota que se encontra agora em Angola é constituída por seis navios, cada um deles tripulado por 16 marítimos cabo-verdianos, um número que inclui motoristas, mestres, cozinheiros e pessoal auxiliar. Os navios já vão baptizados: **“Baía Laja”, “Zaranha”, “Saragasa”, “Monte Branco”, “Curralinho” e “Fajã d’Água”**.

“A partir de Cuanza Sul, esses navios vão seguir a rota do atum, que será pescado através do sistema de captura à cana existente a bordo. Podem dirigir-se depois em direcção a S. Tomé e Príncipe, se assim for necessário”, prognostica o presidente do CA da Atlantic Tuna,

que diz ainda que a Sal Sesimbra, com sede nos Espargos, já manifestou interesse em comprar todo o atum pescado para depois exportá-lo para os mercados europeu e americano, e há mais interessados.

Rui Vera-Cruz, salienta que esta não é uma operação barata, tendo em conta o preço das licenças de pesca e o apetrechamento dos navios referidos. **“Só em salários com o pessoal, manutenção e apetrechamento das seis embarcações, esta operação de pesca industrial de atum, que se prevê para um horizonte de três meses, vai custar à empresa mais de 30 mil contos, quantia essa que foi suportada através de mais de metade dos 400 mil contos do capital social da sociedade já realizado”**.

Tripuladas por 96 marinheiros nacionais, as seis traineiras de fibra estão equipadas para ter uma autonomia de 15 dias e preparadas para armazenar até 35 toneladas de pescado. Dispõem de piloto automático e de sonar para detectar os cardumes, podendo ainda produzir água doce para o consumo da tripulação, gelo e frio para conservar o pescado. Todos os barcos, juntamente com os quatro outros que se encontram arrendados a particulares, foram construídos no âmbito do Projecto de Desenvolvimento de Pesca Industrial, financiado em 1,3 milhão de contos pelos BAD e BADEA. A frota foi recentemente transferida para a recém-formada Atlantic Tuna.

Esta é uma sociedade mista de pesca industrial em que o Estado de Cabo Verde, detém 60% do capital social. A MUPINDÃO, uma firma de direito angolano que opera no sector das pescas, subscreve os restantes 40% de acções. O presidente do CA, Rui Vera-Cruz, está também em Angola, a fim de estudar a possibilidade de criar uma delegação da empresa em Luanda, além de estabelecer alguns contactos, comerciais e não só, com operadores privados e autoridades daquele país africano de língua oficial portuguesa.

Alírio Dias de Pina



Cova de Inglesa tem novo director

O Complexo de Pesca da Cova de Inglesa (CPCI), em S. Vicente, tem, desde a última quarta-feira, um novo director. Trata-se de José Luís Rocha, que é engenheiro de frio de profissão e director de produção da unidade estatal Interbase, que vai ser redimensionada brevemente, em parceria com o Japão.

O ministro das Infra-estruturas e Transportes, Manuel Inocêncio Sousa, empossou, no passado dia 7, José Luís Rocha como novo director do Complexo de Pesca da Cova da Inglesa. José

Luís substituiu Pedro Roma Ramos, cuja comissão de serviço foi dada por finda esta semana. O novo director da CPCI é engenheiro de frio de profissão e vinha desempenhando o cargo de director de produção da Interbase, unidade estatal com sede em S. Vicente e que o Japão em breve vai ajudar a redimensionar.

Rocha diz encarar com naturalidade e optimismo o novo cargo que lhe é confiado. **“Aceitei com naturalidade o convite para dirigir o CPCI. A minha perspectiva é traba-**

lhar em parceria com os utentes, armadores e pescadores, de modo a que o Complexo de Pesca de Cova de Inglesa seja um pólo de desenvolvimento do sector das pescas”.

Manuel Inocêncio Sousa adianta, entretanto, que a substituição de Pedro Roma Ramos vem na sequência das mudanças em curso no Ministério que tutela e foi ditada pelo dinamismo que o governo pretende imprimir ao sector da pesca industrial e artesanal à escala nacional.

De referir que o director cessante era contestado por armadores que reivindicavam um novo tipo de gestão para o citado complexo pesqueiro. O proprietário da embarcação **“Orca”**, que sofreu um prejuízo de cerca de 14 toneladas de cavala na semana passada (ver edição nº 789 deste jornal, págs.12-13), é um dos contestatários de Pedro Roma, cuja comissão de serviço foi agora dada por finda.

ADP

Cabo Verde e o 7º Programa Quadro de Investigação da União Europeia (1ª parte)

No dia 22 de Dezembro do ano findo foi lançado o 7º Programa Quadro de Investigação para o Desenvolvimento (I&D) da União Europeia (7ºPQ), que decorrerá durante os próximos sete anos (2007-2013). Com um orçamento total de 50521 milhões de euros, o programa cobre uma diversidade de temas de investigação, nomeadamente saúde, alimentação, agricultura, pescas e biotecnologias, tecnologias da informação e das comunicações, nanotecnologias, energia, ambiente, transportes, ciências sociais e humanas, espaço e segurança. Tem particular relevância para Cabo Verde o facto de o 7º Programa Quadro contemplar parcerias estratégicas com países terceiros (ou seja, não membros da União Europeia), que podem tomar a forma de Acções de Cooperação Internacional Específicas, algumas financiadas a 100% pela Comissão Europeia.

Nas áreas temáticas da energia (por exemplo nas energias novas e renováveis) e do ambiente (incluindo mudanças climáticas), muitos dos tópicos de investigação abrem perspectivas interessantes para a participação de Cabo Verde em projectos de investigação, através de parcerias com países membros. São exemplos a gestão sustentada dos recursos, a mitigação dos desastres naturais, ou a detecção remota aplicada ao desenvolvimento sustentável. Cabo Verde poderá tirar melhor partido destas oportunidades de investigação se souber adequar o seu tecido de ciência e tecnologia de modo a reforçar a imagem de credibilidade de que goza no exterior.

O Instituto Superior Técnico é das instituições académicas e de investigação portuguesas que mais participa e/ou coordena projectos de investigação para o desenvolvimento, tendo já desenvolvido alguns projectos com entidades cabo-verdianas. No entanto, nem sempre os resultados obtidos têm correspondido ao esforço despendido. Um exemplo daquilo que não deveria acontecer em Cabo Verde é a Rede de Vigilância do Vulcão do Fogo, um projecto de cooperação entre Portugal Cabo Verde, que envolveu custos da ordem de meio milhão de euros entre 1997 e 2002. Terminada a fase de im-

INVESTIGAÇÃO

**João Duarte
Fonseca,**
Professor do Instituto
Superior Técnico (IST).

Luís Alves,
Investigador do Instituto
Superior Técnico
(IDMEC-IST).

A criação da Uni-CV é uma oportunidade única para dotar o país de uma interface para a cooperação internacional em investigação científica e tecnológica, com massa crítica, gestão eficaz de projectos, continuidade no tempo, e prestígio reconhecido.

plementação da infraestrutura de monitorização, o parceiro em Cabo Verde deixou de cumprir o compromisso assumido. Apesar de entretanto (em 2000) a competência para as tarefas de observação geofísica ter sido contemplada pela nova lei orgânica do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, não se verificou a desejável transferência de responsabilidades, levando a que a infra-estrutura esteja presentemente a níveis de operação quase nulos, que comprometem o fim para que foi implementada. Por força da internacionalização da actividade científica, este tipo de situação adquire facilmente grande visibilidade, e inibe outras iniciativas de cooperação das quais Cabo Verde poderia beneficiar.

A criação da Universidade de Cabo Verde é uma oportunidade única para dotar o país de uma interface para a cooperação internacional em investigação científica e tecnológica, com massa crítica, gestão eficaz de projectos, continuidade no tempo, e prestígio reconhecido. Através de uma efectiva articulação entre a universidade pública e a rede de institutos e laboratórios das diferentes áreas, todo o tecido científico e tecnológico de Cabo Verde poderá aceder às novas oportunidades criadas pelo 7º Programa Quadro. Para além do programa quadro, existem muitas outras possibilidades de se obter financiamento considerável para o desenvolvimento da ciência e tecnologia em Cabo Verde, pela constituição de parcerias com instituições e empresas europeias, para a apresentação de propostas aos programas designados por “EU Energy Facility” e “EU Water Facility”, criados pela União Europeia para apoiar os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) na obtenção dos Objectivos do Milénio nas áreas da energia e da água. Outros programas existem nas diversas Direcções Gerais da UE (Desenvolvimento, Cooperação Internacional, Ambiente, entre outras). Em consequência, é de todo interesse que as autoridades académicas e de ciência e tecnologia em Cabo Verde estejam a par dos programas em curso e desenvolvam capacidade de participação em parcerias e de elaboração de propostas de I&D, objectivadas para a resolução dos principais problemas de desenvolvimento sócio-económico do país.

PRIVATIZAÇÃO

Liquidação da Onave na fase final

As treze empresas estabelecidas no terreno da ex-Onave vão ser indemnizadas e convidadas a ocuparem outros espaços, na zona industrial do Lazareto ou na Ribeira de Julião, na sequência do processo de liquidação desse antigo estaleiro naval. Pelo menos onze das unidades já aceitaram transferir as suas instalações para outro local e dar espaço a uma marina oceânica, projecto da empresa espanhola Aister Puertos Deportivos de Galizia.

“O espaço da Onave foi concessionado durante dez anos à empresa Lusonave, e o contrato terminou em 2003. Inicialmente, o Estado pensou lançar um concurso público para gestão do estaleiro naval. Mas chegou depois à conclusão de que seria mais interessante aproveitar essa zona e valorizar a baía

do Porto Grande com um projecto turístico. Deste modo, iniciou logo o processo de liquidação”, conta Carlos Santos, acrescentando que a liquidação da Onave engloba as treze unidades industriais que estão a laborar no terreno do estaleiro naval. Assim que forem desactivadas, o terreno será limpo dos entulhos e preparado para receber o investimento espanhol, informa ainda o Administrador liquidatário da Onave.

Segundo o mesmo, já se está na fase de inventariação das indemnizações a serem concedidas a cada uma dessas empresas, que operam nos sectores da fundição, carpintaria, fibras, etc. Se tudo correr sem nenhum sobressalto, Santos acredita que a liquidação da Onave ficará concluída ainda este mês. “Estamos numa fase avançada de gestão e vamos começar a pro-

por alternativas concretas às indústrias que ainda laboram na Onave. As nossas propostas irão no sentido de alojarem-se no parque industrial do Lazareto ou então na Ribeira de Julião”, acrescenta o gestor. Com o dinheiro da indemnização, acredita a citada fonte, as unidades poderão adquirir novos terrenos e continuar a sua actividade.

Situado na baía do Porto Grande, o estaleiro da Onave vai dar espaço, no futuro, a uma marina oceânica com capacidade para quinhentas embarcações de recreio. O projecto inclui a construção de um hotel náutico, um centro comercial com uma zona de passeio à beira-mar e um estaleiro naval direccionado para iates e barcos de pesca de pequenas dimensões.

O projecto, segundo Carlos Santos, pertence

à sociedade Aister Puertos Deportivos de Galizia e já foi autorizado pela Cabo Verde Investimentos. “Já foi inclusivamente assinada a minuta de convenção de estabelecimentos, que diz que o Estado concessionaria toda a área da Onave e adjacente à empresa espanhola para permitir a implementação da obra”, acrescenta o Administrador Liquidatário da Onave

Para Santos, a marina vai requalificar a zona da Cova d'Inglesa e resolver o problema que tem vindo a afectar a população da zona de Dji d'Sal: a decapagem e pintura de embarcações e de peças. Essa situação, segundo conta o administrador liquidatário, levou os moradores dessa zona a fazer um abaixo-assinado e pedir uma intervenção das autoridades junto dessas indústrias poluidoras.

Finalmente o 1º "PSOM"

Cabo Verde vai receber, finalmente, o financiamento do primeiro projecto empresarial apoiado pelo PSOM, programa do governo holandês para os Mercados Emergentes, no caso uma fábrica de cerveja a ser instalada na ilha de S. Vicente. Mas Haia quer mais. Para o efeito chega na próxima segunda-feira ao país o coordenador do PSOM, Michel Rider. Objectivo: melhorar o nível de aproveitamento do referido programa pelos cabo-verdianos.

A deslocação de Michel Ridder a Cabo Verde surge na sequência de uma missão organizada pela Cabo Verde Investimentos à Holanda e que integrou as duas Câmaras de Comércio do país. A estada deste responsável no país coincidirá ainda com o lançamento do primeiro projecto que Cabo Verde conseguiu aprovar junto do PSOM: uma fábrica de cerveja, a ser instalada em S. Vicente, unidade que nasce de uma parceria entre um holandês, um belga e um cabo-verdiano. **"Durante esta missão, Michel Ridder ministrará, no Mindelo, uma formação dirigida a técnicos do gabinete de Gestão de Projectos das Câmaras de Comércio e a consultores privados"**, revela o sítio da CCIASB.

Nas ilhas de São Vicente, Santo Antão e Santiago, Rider manterá encontros com os

O coordenador do PSOM, Michel Rider, chega a Cabo Verde na próxima semana. Objectivo: melhorar o nível de aproveitamento do referido programa pelos cabo-verdianos.

presidentes das várias câmaras municipais, coordenará workshops com empresários locais e proporcionará um atendimento personalizado aos candidatos a PSOM. O calendário da missão, que é coordenado pela CCIASB, CCISS, CI e Câmara de Comércio Bilateral Cabo Verde-Holanda prevê ainda visitas às empresas candidatas ao PSOM, entre as quais a Padaria Vitória São Vicente, que é dona da referida cervejeira, financiada no âmbito deste programa. Formar técnicos e consultores em **"Técnicas e Procedimentos de Candidatura ao PSOM"** é outro dos objectivos.

Importa ainda destacar que a Agência Cabo-Verdiana de Investimentos (CI) estuda, há algum tempo, a possibilidade de apoiar as pequenas empresas nacionais que queiram candidatar-se ao PSOM. Para o efeito, algumas empresas deslocaram-se em Novembro último à Holanda, integrando a delegação da CI, e aí tiveram a oportunidade de expor a sua experiência e buscar parcerias estratégicas.

A visita desta missão empresarial à Holanda foi possível, conforme nos confidenciou uma fonte da CI, graças aos dez mil euros disponibilizados pelo programa PSOM para a sua divulgação junto do empresariado cabo-verdiano,

montante que tem suportado todos os custos desta missão. No geral o programa PSOM tem um orçamento anual de 48 milhões de euros, que distribuiu por 42 países seleccionados, entre os quais Cabo Verde.

Em Janeiro e Fevereiro de 2006, o programa realizou na Holanda "workshops" destinados às próprias empresas holandesas interessadas em integrar o programa. Posteriormente, em Junho último, um representante da Câmara do Comércio da Holanda esteve em Cabo Verde para analisar os primeiros resultados do PSOM, programa que foi assinado pelos governos de Cabo Verde e Holanda em 2003.

Quanto ao projecto empresarial aprovado no âmbito do PSOM, cujo lançamento oficial acontecerá durante a visita de Ridder, consiste na montagem de uma unidade de produção de cerveja na ilha de São Vicente, avaliada em cerca de 60 mil contos cabo-verdianos. A parte belga entra com o know-how na ciência de produção da cerveja e empresários holandeses e um emigrante cabo-verdiano residente no país das tulipas participam com a fábrica e equipamentos. A parte cabo-verdiana será representada pela padaria Vitória.

Constância de Pina



Escola de turismo da Praia abre em 2009

A cidade da Praia terá, em 2009, a sua escola de hotelaria e turismo, uma ambição de muitos anos que os cabo-verdianos vêem chegar finalmente à concretização pelas mãos da cooperação luxemburguesa. Orçado em seis milhões de euros, o projecto veio, justamente, num momento em que o país começa a ser cada vez mais um destino para turistas e homens de negócios.

A escola de hotelaria e turismo vai situar-se ao lado da Universidade Jean Piaget, no Palmarejo Grande. O lançamento da primeira pedra aconteceu em Janeiro último, mas as obras, que vão durar 20 meses, só começam em Outubro deste ano.

A partir de Outubro de 2009 – início do ano lectivo – cerca de 750 pessoas poderão frequentar os cursos nas áreas de turismo e hotelaria. De acordo com o chefe do projecto, Carlos Lima, serão 300 alunos iniciantes e 450 profissionais em exercício a receberem os ensinamentos por parte de professores que serão todos cabo-verdianos, e que receberão uma formação intensiva de cerca de um mês. Os cursos, conforme explica Lima, terão a duração de um ano e uma carga lectiva diária de oito horas.

A infra-estrutura terá, segundo Carlos Lima, "um ambiente quase semelhante ao dum hotel", com restaurantes, cozinhas e quartos e ainda salas de informática, balneários, um centro

de produção de alimentos, salas de aula e para os serviços administrativos, auditórios para palestras e conferências, biblioteca, pátio e jardins. Tudo isso a ocupar um terreno de cerca de três mil metros quadrados.

De acordo com aquele responsável, essa iniciativa além de criar mais postos de trabalho oferece "um ensino qualificado aos nossos jovens para que possam entrar no mercado de trabalho com uma boa bagagem".

No acto de lançamento da primeira pedra, a ministra-adjunta do primeiro-ministro e da Qualificação e Emprego, Sara Lopes, garantiu que vai haver pólos desta escola de hotelaria noutros concelhos do país, uma forma de "qualificar todo o sector turístico cabo-verdiano. Este projecto está formulado para envolver o sector privado, os investidores, as câmaras municipais e a Cabo Verde Investimentos", acrescentou.

Por sua vez, o ministro luxemburguês da Cooperação e Ajuda Humanitária, Jean-Louis Schiltz, que na altura do lançamento da primeira pedra, estava de visita a Cabo Verde, realçou a importância desta obra para a juventude. Segundo afirma, é um projecto que tem por objectivo oferecer mais oportunidades de emprego à juventude cabo-verdiana. "Um objectivo que perseguimos sempre", afirmou o governante desse país, um dos que mais tem cooperado com Cabo Verde a nível da Educação.

SF

NOTAS

PRAÇA FINANCEIRA

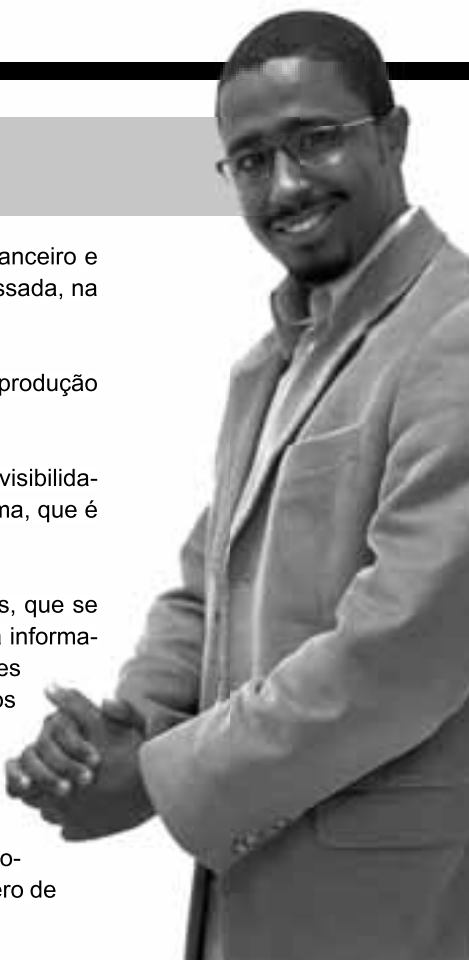
“Praça Financeira”, um programa semanal sobre o mercado financeiro e a actividade das empresas cabo-verdianas, estreou na semana passada, na TCV, após o Telejornal das 20 horas.

O programa é emitido em directo, durante 25 minutos, numa produção conjunta da Bolsa de Valores de Cabo Verde e RTC.

Descodificar o que é o mercado financeiro cabo-verdiano e dar visibilidade às empresas nacionais são alguns dos propósitos deste programa, que é apresentado e coordenado por Emílio Rodrigues, técnico da BVC.

A equipa do “Praça Financeira” conta ainda com dois jornalistas, que se ocuparão das reportagens sobre a área económica, privilegiando a informação relacionada com a BVC, movimentações financeiras e inovações empresariais, acções, obrigações e outros títulos financeiros, créditos e taxas de juros, contribuição e impostos e fiscalidade, entre outros assuntos.

Emitido todas as quartas-feiras, depois do Telejornal, o programa vai manter-se no ar pelo menos um ano, procurando, neste período, atrair investimento para produtos financeiros e aumentar o número de títulos no mercado cabo-verdiano, refere uma nota da BVC.



Economia trocada por míudos

“O que é o dinheiro”, eis a pergunta a que o Banco de Cabo Verde responde na segunda edição dos Cadernos Económico-Financeiros (EF), uma publicação direccionada aos jovens, que trata destes assuntos, geralmente tão “pesados” e sérios, de uma forma simples e fácil de entender.

Durante a assinatura do protocolo entre o BCV e a Direcção-Geral da Juventude (DGJ), Fátima Fialho, assessora do banco, explicou que o objectivo é “familiarizar os jovens com as questões da área económico-financeira para que possam intervir no debate de ideias, formando-se como cidadãos esclarecidos, que eventualmente, podem seguirem carreira na área financeira”.

A primeira edição dos Cadernos EF conta a “Breve História da Moeda” e a segunda explica “O que é o Dinheiro”, ambas em formato A5, com muitas imagens e linguagem acessível.

Centro de estágio e formação profissional de Santo Antão

O momento actual está lançando desafios após desafios para que Santo Antão e suas populações vençam o atraso sem mais transferências para outras gerações, esta responsabilidade deste lesimparim do século XXI. Inicialmente, a batalha configurava-se há mais de 50 anos com o ideal da Independência nacional; hoje, com a conquista da liberdade política, a motivação deverá ser outra, distinguindo-se pelo ideal da abundância para que todos, sem excepção, possam reduzir sofrimentos e ter acesso a uma qualidade de vida salutar, a um desenvolvimento humano de elevado índice. É imperativo que atinjamos resultados demarcados por expectativas realistas.

O ideal da abundância pressupõe produção, riqueza, distribuição, serviços, quantidade, qualidade, períodos de tempo, etc. e - expressa-se por indicadores quantitativos e qualitativos. Requer um Plano que, na tomada de rumo, está deixando a fase inicial e a fase de diagnóstico, para se lançar numa forte intervenção que atinja níveis do ideal de riqueza que hoje enquadra as nossas vidas.

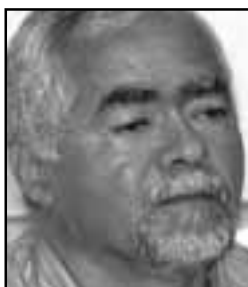
Sem qualquer dúvida, neste tomar rumo na voga em que Santo Antão se encontra, precisamos soltar a imaginação e fortalecer a inteligência no quadro que o Professor João Manuel Miranda criou, em que o Homem se consegue realizar agarrado à trindade do empenho - dedicação - tenacidade. Digamos da vontade humana, que, o mesmo Professor indica, deve poder fazer mais, aprender e ajudar, imbuído da sua própria natureza racional.

Nós aqui, interpretando a vontade da sociedade civil, calculamos que o soltar da imaginação vem corporizado no CEFOP - Centro de Estágio e Formação Profissional de Santo Antão, já proposto às instâncias competentes, governantes deste País. Diga-se, de forma frontal que, da abordagem inicial na busca de parceria, são reais o interesse e a integração do Sector Público - como não poderia deixar de acontecer, pois o Ministério do Ambiente e Agricultura, o Ministério da Qualificação e Emprego e o Ministério da Educação já deram mostras desassombradas de um real envolvimento na batalha da formação profissional em Santo Antão.

O CEFOP, cuja estrutura ventilamos, identifica-se por dois fundamentos estratégicos de:

- Criar massa crítica pela formação profissional sistémica, dentro e fora do emprego;

NA AGENDA



José Manuel Silva Pires Ferreira

A sorte não existirá só para uns e o azar para outros. Existe sim, empenho, dedicação e tenacidade, frutos de rica imaginação em que a inteligência é força poderosa”.

João Manuel Miranda

- Viabilizar oportunidades e condições favoráveis para que a Juventude de Santo Antão possa conjugar formação profissional com o desenvolvimento da micro e pequena empresa.

Nesta vontade de ajudar e de fazer mais, o CEFOP mobiliza investimentos já feitos e/ou em curso de realização (Oficinas do MAA, ex-PAPASA, Centro Agrícola de Afonso Martinho, Centros Pecuários de Lajedos e C. Itália) para instituir, organizar e executar cursos de formação profissional em distintos sectores da agricultura, construção naval, mecânica, bate-chapas, pintura, electricidade, marcenaria, transformação alimentar, turismo, tecelagem, tapeçaria, construção civil, etc. A esta vontade acresce-se a capacidade de ONG's e Associações determinadas a aprender e a vencer nesta grande orientação de resolver os problemas da época e aproveitar as oportunidades que o ambiente se lhes oferece para agregar competências técnicas e profissionais à JUVENTUDE no sentido do progresso humano.

Esta proposta CEFOP mobiliza sinergia de três parcerias determinantes: pública-privada-da sociedade civil. Parceria consistente e integrada por um Plano em fases distintas, tanto de etapas de execução (curto, médio e longo prazo) quanto de articulação operacional para que a expectativa criada (formar várias centenas de jovens por ano) se realize com sucesso e se vençam os obstáculos do ambiente e da economia global a favor de Santo Antão e suas gentes.

Os jovens estão convidados a participar como meio e fim do CEFOP. Que, utilizando as forças poderosas da inteligência e vontade humana, com empenho, dedicação e tenacidade, façam relançar a imagem de competência e sucesso de Santo Antão para valorizar a riqueza latente da Ilha e encarar o futuro com determinação e confiança. Um futuro que está à porta e que em cenário de cinco para oito anos se desenha numa agricultura especializada; numa pesca com sistema e base semi-industrial; transformação agro-alimentar de qualidade e num robusto destino turístico sustentável, com reais oportunidades de desenvolvimento e em que a implantação de massa crítica tecnológica deve preceder, na linha de prioridades, os investimentos a realizar.

TAAG



muda-se para Praia

A companhia aérea angolana TAAG vai mudar a sua representação do Sal para Praia, passando a operar a partir do Aeroporto da capital. A TAAG, que acaba de se associar na criação de uma companhia em S. Tomé e Príncipe, encontra-se em franca expansão. Daí, também, o reforço da sua presença em Cabo Verde.

Henrique Batalha é o nome do novo representante da TAAG em Cabo Verde. Vem substituir o seu colega Felino Faria, cuja comissão chegou ao fim. Batalha vem, ademais, com a missão de dirigir a transferência da repre-

sentação da TAAG dos Espargos (Sal) para a Praia, já que a companhia angolana vai passar a operar a partir da capital cabo-verdiana.

Esta transferência, pelo que o CIFRÃO apurou, prende-se com o facto de a maior parte do trânsito entre Angola e Cabo Verde ter como destino a ilha de Santiago. Com o novo aeroporto da Praia, deixou de fazer sentido a manutenção da TAAG na ilha do Sal. De acordo com os dados recolhidos por este jornal, a mudança deve acontecer proximamente, não se sabendo ainda a data certa.

Instituídos há já algum tempo, os voos

entre Sal e Luanda começaram por ser quinzenais, agora são semanais, havendo períodos em que a companhia aérea angolana é obrigada a fazer mais de um voo por semana, o que por si, no entender de certos observadores, comprova a viabilidade da linha.

Por outro lado, a TAAG encontra-se em claro período de expansão, tendo recentemente reforçado a sua frota com seis novos aparelhos de longo curso, Boeing 737-700, numa operação avaliada em 990 milhões de dólares. Essa renovação visa, segundo os responsáveis

angolanos, reforçar a internacionalização da empresa, nomeadamente, nas linhas para Lisboa e Rio de Janeiro.

Uma outra aposta da TAAG é a sua participação na criação de uma companhia aérea em S. Tomé e Príncipe, o que deve contribuir para diminuir o isolamento deste arquipélago onde reside uma importante comunidade cabo-verdiana. Aliás, a linha Sal/Luanda faz escala em S. Tomé, podendo assim a ligação satisfazer os cabo-verdianos residentes em Angola e S. Tomé e Príncipe nos seus contactos com Cabo Verde. E vice-versa.

Portos africanos concentrados em Cabo Verde

Delegados dos portos da África Ocidental e Central reúnem-se na cidade da Praia durante a próxima semana, numa assembleia-geral da AGPAOC que acontece pela primeira vez em Cabo Verde e fora da placa continental. Todos os órgãos que compõem a Associação dos Portos da África Ocidental e do Centro – a assembleia, o secretariado e os comités técnicos – estarão presentes no encontro ordinário desse organismo, que acontece de 12 a 16 de Fevereiro, na Capital cabo-verdiana.

“Já tivemos encontros de comités técnicos da AGPAOC em Cabo Verde, mas esta é a primeira vez que acolhemos uma assembleia-geral. Cabo Verde é um membro activo dentro da organização, pois coordenamos a implementação do Código de Segurança Portuária ISPS na Zona-2”, elucida Franklín Spencer, responsável da Enapor. Segundo Spencer, as assembleias-gerais são anuais e rotativas entre os membros da AGPAOC e cabia a

Cabo Verde organizar o evento em 2006. Porém, devido ao calendário das eleições legislativas, a reunião teve como palco o Congo Brazaville.

O programa da reunião reserva um dos cinco dias do encontro para uma mesa-redonda, cujo objecto de debate será o desenvolvimento das vias navegáveis da África Ocidental e Central. Vários sub-temas serão, entretanto, abordados como o desenvolvimento das actividades fluviais na África sub-saariana, a experiência do porto

de Matadi – Congo – no transporte fluvial, os desafios e oportunidades dos serviços de transporte fluvial de passageiros.

O encontro poderá envolver mais de trezentas pessoas, entre delegados e convidados, e será aberto pelo ministro de Estado dos Transportes e Mar, no Palácio da Assembleia Nacional, na próxima segunda-feira. Aguarda-se a presença de representantes dos vinte e dois Estados que enformam a AGPAOC.

KzB